

## **Alessandra Mendes Spalding**

Mestra em Direito Negocias, na área de Concentração em Processo Civil pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - INBRAPE; Advogada e Professora de Direito Processual Civil nas Faculdades do Brasil - UniBrasil em Curitiba/PR.

# **Legitimidade Ativa nas Ações Coletivas**

Juruá Editora

Curitiba  
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347.921.2**

**S734I**

**Código de barras: STJ00064275**

---

S734

Spalding, Alessandra Mendes.

Legitimidade ativa nas ações coletivas./ Alessandra Mendes Spalding./

Curitiba: Juruá, 2006.

208p.

ISBN: 85-362-1271-3

1. Ações coletivas (Direito). I. Título.

CDD 347(22.ed)

CDU 347.922.6



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 - OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS	21
1.1 Os direitos difusos	25
1.2 Os direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	27
1.3 Os direitos individuais homogêneos	30
2 - CONCEPÇÕES DE RELAÇÃO JURÍDICA	35
2.1 Concepção clássica ou tradicional	35
2.2 Concepção normativista	37
2.3 Concepção de relação jurídica mais adequada às demandas coletivas	39
3 – LEGITIMIDADE	43
3.1 Legitimidade de parte, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória	45
3.2 A legitimidade nas ações coletivas	52
4 - EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA NA DEFESA DO DIREITO COLETIVO	65
4.1 A <i>class action</i> norte-americana	65
4.2 A <i>Citizen Action</i> Norte-Americana	70
4.3 A ação popular portuguesa	71
5 - DA AÇÃO POPULAR	75
5.1 Evolução da ação popular na legislação brasileira	79
5.1.1 Ação popular penal	80
5.1.2 Ação popular civil	82
5.2 Legitimidade ativa na ação popular	84
5.2.1 Legitimidade ativa do maior de 16 (dezesesseis) anos e menor de 18 (dezoito) anos	90
5.2.2 Legitimidade ativa do analfabeto	98
5.2.3 Legitimidade ativa do estrangeiro	99
5.2.4 Legitimidade ativa da Pessoa Jurídica	101



6 - A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	107
6.1 Evolução da ação civil pública na legislação brasileira	111
6.2 Legitimidade ativa na ação civil pública	114
6.2.1 Ministério Público	121
6.2.2 Legitimidade ativa dos entes da Administração Pública <i>lato sensu</i>	139
6.2.3 Legitimidade ativa da Associação	143
6.2.4 Legitimidade ativa de outros entes: partidos políticos, sindicatos e comunidades indígenas	146
7 - O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	151
7.1 Evolução do mandado de segurança coletivo na legislação brasileira	153
7.2 Legitimidade ativa do mandado de segurança coletivo	160
7.2.1 Legitimidade ativa dos partidos políticos	163
7.2.2 Legitimidade ativa das organizações sindicais	170
7.2.3 Legitimidade ativa das entidades de classes	176
7.2.4 Legitimidade ativa das associações	178
7.2.5 Legitimidade ativa do Ministério Público	183
CONCLUSÕES	189
REFERÊNCIAS	193
ÍNDICE ALFABÉTICO	203

